

SEGUNDO ADITAMENTO À ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento, as partes:

ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 1343, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.256.439/0001-39, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão ("Debenturistas"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

e, na qualidade de interveniente garantidora,

OXITENO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 1343, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.545.686/0001-53, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Garantidora");

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente segundo aditamento ("Aditamento") à Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, da Ultrapar Participações S.A. ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

O presente Aditamento tem por objetivo definir a taxa de juros aplicável às Debêntures, conforme definida em procedimento de *bookbuilding* e ratificada pelo Conselho de Administração da Emissora.

CLÁUSULA II – DO ARQUIVAMENTO DO ADITAMENTO



47.
9
/

NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Este Aditamento será arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações e na Cláusula V da Escritura de Emissão.

CLÁUSULA III - DAS RETIFICAÇÕES

3.1. Fica alterada a redação do item 1.1. da Cláusula I da Escritura de Emissão, que passa a ter a seguinte redação:

“1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base nas deliberações (i) da Assembléia Geral de Acionistas da Emissora realizada em 02 de fevereiro de 2005 (“AGE”), (ii) da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 16 de fevereiro de 2005 (“RCA”) e (iii) da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 30 de março de 2005 (“Nova RCA”)”.

3.2. A redação do item 2.2. da Cláusula II da Escritura de Emissão fica ajustada para inclusão da Nova RCA, passando a ter a seguinte redação:

“2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação das Atas da AGE e da RCA

A ata da AGE foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o n.º 61.858/05-5, em 15 de fevereiro de 2005 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 03 de fevereiro de 2005.

A ata da RCA foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o n.º 67.750/05-9, em 24 de fevereiro de 2005 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 17 de fevereiro de 2005.

A ata da Nova RCA será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico”.

3.3. A redação do item 4.2. da Cláusula IV da Escritura de Emissão fica ajustada para inclusão da taxa de remuneração das Debêntures definida em procedimento de *bookbuilding*, e passa a ter a seguinte redação:

“4.2. Remuneração



4.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração ("Remuneração") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.2.8., de acordo com a fórmula abaixo. A taxa de juros aplicável às Debêntures, definida em procedimento de *bookbuilding*, será de 102,5% (cento e dois inteiros e cinco décimos por cento) da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 dias, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI").

4.2.1.1. O Conselho de Administração da Emissora ratificou, por meio da Nova RCA, o percentual da Taxa DI aplicável às Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

4.2.2. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização, conforme definido no item 4.2.8..

4.2.3. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$JR = VN \times [FatorDI - 1]$, onde:

JR = valor da Remuneração a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VN = Valor Nominal Unitário, informado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k \times S / 100)]$, onde:

n_{DI} = número total das Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8



casas decimais com arredondamento:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n.$$

DI_k = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia "k";

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " d_k " um número inteiro; e

S = Percentual aplicado sobre a taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais.

4.2.3.1. O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k \times S/100)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.2.3.2. Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k \times S/100)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

4.2.3.3. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.2.4. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.2.5. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a Taxa DI não for divulgada por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens 4.2.6. e 4.2.7. abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.



4.2.6. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração a ser proposto pela Emissora.

4.2.7. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente. As Debêntures resgatadas nos termos deste item 4.2.7. serão canceladas pela Emissora.


4.2.8. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se “Período de Capitalização como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.”

3.4. Fica alterada a redação do item 7.2. da Cláusula VII da Escritura de Emissão, com a exclusão da referência o parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28. O item 7.2. passa a vigorar com a seguinte redação:

“7.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a), (b), (c) e (d) do item 7.1. acima acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação”.

CLÁUSULA IV - DAS RATIFICAÇÕES

47



ASAP

4.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura de Emissão e não expressamente alteradas pelo presente Aditamento.

CLÁUSULA V – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. O presente Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

5.2. Os termos utilizados neste Aditamento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura de Emissão.

CLÁUSULA VI - DA CONSOLIDAÇÃO

Em consequência das disposições do presente Aditamento, a Escritura de Emissão, tendo incorporadas as retificações constantes do presente instrumento, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente instrumento, as partes:

ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 1343, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.256.439/0001-39, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora”);

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Avenida das Américas nº 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, representando a comunhão de debenturistas adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (“Debenturistas”), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”);

e, na qualidade de interveniente garantidora,

4.  7

OXITENO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 1343, 7º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.545.686/0001-53, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Garantidora”);

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar a presente Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, da Ultrapar Participações S.A. (“Escritura de Emissão”), que será regida pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - AUTORIZAÇÃO

1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base nas deliberações (i) da Assembléia Geral de Acionistas da Emissora realizada em 02 de fevereiro de 2005 (“AGE”), (ii) da Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 16 de fevereiro de 2005 (“RCA”) e (iii) da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 30 de março de 2005 (“Nova RCA”).

1.2. A AGE delegou ao Conselho de Administração da Emissora poderes para deliberar sobre as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

CLÁUSULA II - REQUISITOS

A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública pela Emissora (respectivamente a “Emissão” e as “Debêntures”) observará os seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na forma da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM nº 400/03”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação das Atas da AGE e da RCA

4. ✓



1

A ata da AGE foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o n.º 61.858/05-5, em 15 de fevereiro de 2005 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 03 de fevereiro de 2005.

A ata da RCA foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o n.º 67.750/05-9, em 24 de fevereiro de 2005 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico em 17 de fevereiro de 2005.

A ata da Nova RCA será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico.

2.3. Inscrição da Escritura de Emissão na Junta Comercial do Estado de São Paulo

Esta Escritura de Emissão será inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro da Garantia

Em virtude da fiança a que se refere o item 4.5 da Cláusula IV abaixo, a presente Escritura de Emissão será registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

2.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Emissão das Debêntures será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento ("ANBID"), nos termos do Código de Auto-Regulação para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários, promulgado por esta entidade em Assembléia Geral realizada em 16 de janeiro de 2002 ("Código ANBID"), no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da concessão do registro de distribuição pública das Debêntures pela CVM.

2.6. Registro para Colocação e Negociação

As Debêntures serão (i) colocadas no mercado primário por meio do Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Financeiro ("ANDIMA"), e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP") e do Sistema de Negociação BOVESPA FIX ("BOVESPA FIX"), da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA ("BOVESPA")

9 - 

observados, neste último caso, os procedimentos de compensação e liquidação da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC") e (ii) registradas para negociação no mercado secundário no Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e no BOVESPA FIX sendo, nesta última hipótese, os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CBLC.

CLÁUSULA III - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão constitui a 1ª Emissão de Debêntures da Emissora.

3.2. Montante Total da Emissão

O montante total da Emissão é de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida no item 4.1.1. da Cláusula IV abaixo).

3.3. Número de Séries

3.3.1. A Emissão será realizada em série única.

3.4. Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, e do BOVESPA FIX, observados, neste último caso, os procedimentos de compensação e liquidação da CBLC.

3.5. Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação no SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP e no BOVESPA FIX sendo, nesta última hipótese, os negócios liquidados e as Debêntures custodiadas na CBLC.

3.6. Limite da Emissão

4. 

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, é de R\$ 898.816.635,09 (oitocentos e noventa e oito milhões, oitocentos e dezesseis mil, seiscentos e trinta e cinco reais e nove centavos), valor superior ao valor desta Emissão, que é a primeira emissão de debêntures realizada pela Emissora.

3.7. Banco Mandatário e Instituição Depositária

O banco mandatário e instituição depositária das Debêntures da Emissão será o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário").

3.8. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão destinados ao refinanciamento de dívidas de curto prazo e outros propósitos corporativos.

3.9. Objeto Social da Emissora

De acordo com o artigo 3º do seu Estatuto Social, o objeto social da Emissora compreende a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria, e na agricultura e em empresas de prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações ou quotas de sociedades.

CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES


4.1. Características Básicas

4.1.1. Data de Emissão: Para todos os fins e efeitos, a data de Emissão das Debêntures será o dia 1º (primeiro) de março de 2005 ("Data de Emissão").

4.1.2. Conversibilidade, Tipo e Forma: Simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas.

4.1.3. Espécie: As Debêntures serão da espécie sem garantia (quirografárias).

4.1.4. Prazo e Data de Vencimento: As Debêntures terão prazo de 3 (três) anos, contados a partir da Data de Emissão, com vencimento em 1º (primeiro) de março de 2008 ("Data de Vencimento"). A Emissora obriga-se a proceder, na Data de

9.  R

Vencimento, à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido em 4.1.5. abaixo), acrescido da remuneração de que trata o item 4.2. abaixo, calculada *pro rata temporis*, a partir da última data de pagamento da referida remuneração.

4.1.5. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.1.6. Quantidade de Debêntures Emitidas: Serão emitidas 30.000 (trinta mil) Debêntures.

4.2. Remuneração

4.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração ("Remuneração") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre seu Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido no item 4.2.8., de acordo com a fórmula abaixo. A taxa de juros aplicável às Debêntures, definida em procedimento de *bookbuilding*, será de 102,5% (cento e dois inteiros e cinco décimos por cento) da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP, base 252 dias, expressa na forma percentual ao ano ("Taxa DI").

4.2.1.1. O Conselho de Administração da Emissora ratificou, por meio da Nova RCA, o percentual da Taxa DI aplicável às Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

4.2.2. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização, conforme definido no item 4.2.8..

4.2.3. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$JR = VN \times [FatorDI - 1]$, onde:

JR = valor da Remuneração a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VN = Valor Nominal Unitário, informado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

9. /  9.

FatorDI = produtório das Taxas DI, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k \times S/100)], \text{ onde:}$$

n_{DI} = número total das Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n.$$

DI_k = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia " k ";

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da Taxa DI, sendo " d_k " um número inteiro; e

S = Percentual aplicado sobre a taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais.

4.2.3.1. O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k \times S/100)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

4.2.3.2. Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k \times S/100)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

4.2.3.3. Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante FatorDI com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

4.2.4. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.



4.2.5. Se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a Taxa DI não for divulgada por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens 4.2.6. e 4.2.7. abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

4.2.6. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração a ser proposto pela Emissora.

4.2.7. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente. As Debêntures resgatadas nos termos deste item 4.2.7. serão canceladas pela Emissora.

4.2.8. Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do vencimento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data do próximo vencimento da Remuneração, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.3. Amortização

Não haverá amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures, o qual será pago integralmente na Data de Vencimento.



4.4. Pagamento da Remuneração

Os valores relativos à Remuneração das Debêntures deverão ser pagos semestralmente, sempre no dia 1º (primeiro) dos meses de março e setembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 1º (primeiro) de setembro de 2005.

4.5. Garantia

4.5.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Garantidora presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal pagadora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, nos termos descritos a seguir.

4.5.2. A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão (o "Valor Garantido").

4.5.3. O Valor Garantido será pago pela Garantidora no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos titulares das Debêntures a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

4.5.4. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro.

4.5.5. A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto deste item 4.5.

4.5.6. A presente fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido ou a data da efetivação da substituição da fiança, observado o disposto nos itens 4.5.9 e 4.5.10 abaixo.



7.

14

12

4.5.7. A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

4.5.8. A Garantidora declara que:

- (i) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à outorga da fiança ora estabelecida e ao cumprimento com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a fiança ora outorgada constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Garantidora, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (iv) a celebração desta Escritura de Emissão e a outorga da fiança aqui estabelecida não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual a Garantidora ou qualquer de seus controladores seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Garantidora ou de qualquer de seus controladores; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos.

4.5.9. Nas hipóteses de (i) ocorrência, com relação à Garantidora, de qualquer dos eventos a que se refere o item 7.1. da Cláusula VII abaixo, com exceção do evento a que se refere o subitem (e), ou (ii) alienação, direta ou indireta, do controle acionário da Garantidora, o Agente Fiduciário requererá a substituição da fiança ora prestada, que deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do recebimento, pela Emissora, de notificação solicitando a substituição.

4.5.10. Na hipótese a que se refere o item 4.5.9. acima, a fiança da Garantidora somente poderá ser substituída por fiança bancária, outorgada em benefício dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, emitida por instituição financeira com classificação de risco em escala nacional equivalente a, no mínimo, AA-, conferida pela Standard & Poor's.



4.5.11. Exceto na hipótese de que trata o item 4.5.10. acima, a substituição da Garantidora estará sujeita à prévia aprovação de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

4.5.12. A Garantidora certifica que a prestação da Fiança foi devidamente autorizada em Reunião de Diretoria realizada em 02 de fevereiro de 2005.

4.6. Local de Pagamento

4.6.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CBLIC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures registradas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures da Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário.

4.6.2. Na hipótese de execução da garantia de que trata o item 4.5. acima, o pagamento das Debêntures registradas no SND será realizado por meio do Banco Mandatário.

4.7. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela CBLIC, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.8. Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória, não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e juros de mora, calculados sobre o montante assim devido, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês, independentemente



de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.9. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.8. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.10. Prazo e Forma de Integralização

As Debêntures desta Emissão serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

4.11. Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização.

4.12. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.13. Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolverem interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico.

4.14. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade



das Debêntures, o “Relatório de Posição de Ativos”, expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista.

4.15. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.16. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA V - ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA DE EMISSÃO

Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora, pela Garantidora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo e enviados à CVM.

CLÁUSULA VI - AQUISIÇÃO FACULTATIVA E RESGATE ANTECIPADO

6.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures desta Emissão em circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo segundo do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas conforme previsto neste item 6.1. poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado.

6.2. Não haverá resgate antecipado das Debêntures.

CLÁUSULA VII - VENCIMENTO ANTECIPADO



18

7.1. São considerados eventos de vencimento antecipado das Debêntures desta Emissão acarretando, observado o disposto nos itens 7.2.e 7.3. abaixo, a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora e/ou pelos seus controladores diretos ou indiretos ou qualquer procedimento análogo, judicial ou extra-judicial, que venha a ser criado por lei;
- (b) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora e/ou de seus controladores diretos ou indiretos e sociedades por ela controladas;
- (c) pedido de falência da Emissora e/ou de seus controladores diretos ou indiretos e sociedades por ela controladas que não seja elidido no prazo legal;
- (d) não pagamento, nas datas de vencimento respectivas, da Remuneração devida às Debêntures, bem como de quaisquer outras obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão;
- (e) alienação, direta ou indireta, do controle acionário da Emissora, excetuada a hipótese de alienação de participações entre os atuais controladores da Emissora;
- (f) incorporação, fusão, cisão ou implementação de qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora ("Reorganização") que não tenha sido previamente aprovada por Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X abaixo, exceto na hipótese de incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora envolvendo exclusivamente as Subsidiárias da Emissora na data de assinatura desta Escritura de Emissão, conforme descritas no prospecto de distribuição pública das Debêntures ("Prospecto");
- (g) falta de cumprimento pela Emissora de toda e qualquer obrigação não pecuniária decorrente desta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30



9.

19

9

11

(trinta) dias contados do recebimento de aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;

(h) falta de cumprimento pela Emissora do seguinte índice financeiro, que será verificado trimestralmente, sempre quando da divulgação das informações trimestrais regularmente apresentadas pela Emissora: razão entre Dívida Líquida e EBITDA menor ou igual a 3,5. Para os fins deste item (h), considera-se como Dívida Líquida toda a dívida financeira consolidada da Emissora, excluindo-se a soma das disponibilidades e das aplicações financeiras consolidadas da Emissora e considera-se como EBITDA o lucro operacional consolidado antes do resultado financeiro, acrescido das despesas consolidadas com depreciação e amortização;

(i) redução do capital social da Emissora e/ou alteração do Estatuto Social da Emissora que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão;

(j) protestos legítimos de títulos contra a Emissora cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, conforme o caso, ou se for cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis de sua ocorrência;

(k) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Emissora, em montante unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes da Emissão, salvo se a Emissora comprovar, até o dia útil imediatamente seguinte à data de sua ocorrência, que tal inadimplemento ou vencimento antecipado não ocorreu ou foi devidamente sanado pela Emissora;

(l) alienação, confisco, desapropriação ou qualquer forma de disposição, durante a vigência das Debêntures, de ativos operacionais que, individual ou conjuntamente, resultem em uma redução da receita operacional líquida consolidada da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento) em relação



20

ao valor da receita operacional líquida consolidada da Emissora no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2004, corrigido anualmente pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado - IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas. O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre, e utilizando-se as informações financeiras usualmente divulgadas pela Emissora; e

(m) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios, caso esta esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão.

7.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a), (b), (c) e (d) do item 7.1. acima acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

7.3. Quando da ocorrência dos eventos indicados nos subitens (e) a (m) do item 7.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X abaixo e o quorum específico estabelecido no item 7.3.1. abaixo. A Assembléia de Debenturistas prevista neste item poderá também ser convocada pela Emissora, ou na forma do item 10.1. abaixo.

7.3.1. A Assembléia de Debenturistas de que trata este item 7.3. poderá optar, por deliberação de Debenturistas que representem no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, por não declarar vencidas antecipadamente as Debêntures.

7.3.2. Na hipótese de (i) não convocação da Assembléia de Debenturistas mencionada no item 7.3., (ii) não instalação da Assembléia de Debenturistas mencionada no item 7.3. por falta de quorum, ou (iii) não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 7.3.1. acima pelo quorum mínimo de deliberação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos do item 7.1. acima.



7.4. Na hipótese de vencimento antecipado das Debêntures, após o pagamento integral pela Emissora do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, as Debêntures serão canceladas.

CLÁUSULA VIII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, até o pagamento integral do valor Nominal Unitário e da remuneração da totalidade das Debêntures, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário:

(a) após o término de cada exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas demonstrações financeiras completas consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, explicitando as rubricas necessárias à verificação da ocorrência do disposto no item 7.1. (h) da Cláusula VII desta Escritura de Emissão, acompanhadas de parecer dos auditores independentes e de relatório demonstrando a apuração do referido índice financeiro;

(b) após o término de cada trimestre do exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, explicitando as rubricas necessárias à verificação da ocorrência do disposto no item 7.1. (h) da Cláusula VII desta Escritura de Emissão, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração do referido índice financeiro;

(c) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93, conforme alterada, nos prazos ali previstos;

(d) com a maior brevidade possível, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário;



22

- (e) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula VII - Vencimento Antecipado acima, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência;
 - (f) no prazo de até 5 (cinco) dias após sua divulgação cópia do relatório de reavaliação anual da agência classificadora de risco das Debêntures, contratada nos termos desta Escritura de Emissão; e
 - (g) trimestralmente, no prazo de até 60 (sessenta) dias após o término de cada trimestre do exercício social, declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, em especial aquelas previstas no item 7.1 da Cláusula VII acima.
- (ii) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (iv) convocar, nos termos do item 10.1 desta Escritura de Emissão, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (v) cumprir todas as determinações da CVM, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia;
- (vi) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras consolidadas a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;
- (vii) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93, conforme alterada;
- (viii) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;



- (ix) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;
- (x) manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas pela Companhia, conforme descritas no Prospecto;
- (xi) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e/ou com esta Escritura de Emissão;
- (xii) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos obtidos por meio das Debêntures, conforme descrita nesta Escritura de Emissão;
- (xiii) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora;
- (xiv) manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas;
- (xv) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados de boa fé pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (xvi) enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme descritos no Prospecto;
- (xvii) contratar e manter contratada, até a Data de Vencimento, (i) agência de *rating* que divulgue relatório, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula da classificação de risco das Debêntures; (ii) banco mandatário; (iii) instituição escrituradora e (iv) agente fiduciário.
- (xviii) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito nesta Escritura de Emissão e no Prospecto;
- (xix) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (xx) manter válidas e regulares, até o pagamento integral dos valores devidos aos



Debenturistas, as declarações prestadas pela Emissora nos itens (a), (b), (c), (d), (h), (i), (j) e (m) da Cláusula XI abaixo. A declaração a que se refere o item (i) da Cláusula XI será considerada válida e regular para os fins deste item (xxi) caso a ausência das autorizações e/ou licenças nela referidas seja devida a questionamento pela Emissora, de boa-fé, quanto à sua exigibilidade, e

(xxi) providenciar a substituição da fiança da Garantidora por fiança bancária, nos termos e nas hipóteses previstas no item 4.5. da Cláusula IV acima.

CLÁUSULA IX - AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura de Emissão, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

- a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- c) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- e) estar ciente da Circular nº 1.832/1990, do Banco Central do Brasil;



- f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo satisfeito todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28/1983;
- h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- i) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- j) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão; e
- l) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto no item 3.7. da presente Escritura de Emissão.
- m) que foi verificada a regularidade da constituição da fiança descrita no item 4.5 da na Cláusula IV, e com base no balanço patrimonial da Garantidora de 31/12/2004, descritos a seguir, foi observada a sua suficiência e sua exequibilidade, na forma prevista no inciso IX do Art. 12 da Instrução CVM nº 28 de 23/11/83.



26

Patrimônio Líquido	Exigível Total	Ativo Permanente	Ativo Circulante + Realizável
Em R\$ mil			
1.023.074	486.648	465.283	1.047.766

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma a que fazia jus o Agente Fiduciário, observado o disposto no item 9.3.7 abaixo.

9.3.2. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à Emissora e à manifestação da CVM acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

9.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão.

9.3.5. Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.



9
X 27 R
An.

9.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

9.3.7. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.

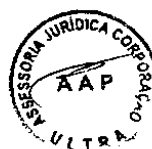
9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM.

9.3.9. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, este deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data do último pagamento da remuneração prevista no item 9.7 desta Escritura de Emissão até a data da efetiva substituição do Agente Fiduciário, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração aos serviços por ele prestados.

9.4. Deveres

Sem prejuízo de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;



- d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos no item 4.13., respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- k) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - 1.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;



- 1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - 1.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - 1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - 1.5) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - 1.6) cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à ocorrência dos eventos previstos no item 7.1. da Cláusula VII acima;
 - 1.7) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - 1.8) pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e
 - 1.9) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração.
- m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso "I" aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- m.1) na sede da Emissora;
 - m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - m.3) na CVM;
 - m.4) na BOVESPA e na CETIP; e
 - m.5) na sede da instituição intermediária líder responsável pela colocação das Debêntures.



- n) publicar, nos órgãos da imprensa referidos no item 4.13., às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “m” acima;
- o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário, à CBLC e à CETIP;
- p) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e
- q) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

r.1) à CVM; e

r.2) à BOVESPA, CBLC e à CETIP; e

- r) monitorar a ocorrência dos eventos previstos no item 7.1. da Cláusula VII acima e informar imediatamente aos Debenturistas a ocorrência de qualquer dos referidos eventos, inclusive, mas não se limitando, ao acompanhamento trimestral da ocorrência do evento de vencimento antecipado a que se refere o item 7.1. (h) da Cláusula VII.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. Em caso de inadimplemento da Emissora, o Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos devendo, para tanto:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;



9
X

31

PD
An

- c) requerer a falência da Emissora; e
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. Observado o disposto no item 7.2., o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) do item 9.5.1. se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) do item 9.5.1.

9.6. Remuneração

9.6.1. Será devido ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) parcelas trimestrais de R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais), sendo a primeira devida na data de assinatura desta Escritura de Emissão. O valor da primeira parcela será de R\$ 3.150,00 (três mil, cento e cinquenta reais), devido ao desconto da parcela única descrita no item “b” abaixo;
- b) parcela única, no valor de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), devida a título de implantação da operação, quando da aceitação pela Emissora da proposta de prestação de serviços, a ser paga no prazo de até 5 (cinco) dias contados da apresentação, pelo Agente Fiduciário, de comentários ao texto desta Escritura de Emissão, observado o disposto no item “a” acima;
- c) ao valor da remuneração serão acrescidos os tributos incidentes sobre os honorários (Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido – CSLL, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, contribuição para o Plano de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins) às alíquotas vigentes na data dos respectivos pagamentos, bem como quaisquer outros que venham a incidir diretamente sobre a remuneração ora estabelecida;



4.

32

B

12

d) as parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor , divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE (IPC-FIPE) ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo;

e) a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, sendo tais despesas de responsabilidade da Emissora, mediante pagamento das faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após sua prévia aprovação;

f) em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

f) a remuneração prevista na alínea (a) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora; e

g) a remuneração do Agente Fiduciário compreende a elaboração de um relatório anual, na forma estipulada na Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983.



9.6.2. Não estão incluídas na remuneração do Agente Fiduciário despesas com especialistas, caso sejam necessárias, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas.

9.7. Despesas

9.7.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis em que ele tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, ou para realizar seus créditos, desde que tais despesas tenham sido previamente comunicadas à Emissora.

9.7.2. O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado em até 15 (quinze) dias úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

9.7.3. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre Estados da Federação, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.4. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do item 9.7.2. acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9.7.5. Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura de Emissão for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a Emissora deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos



previstos nesta Escritura de Emissão e relativos às Debêntures, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

CLÁUSULA X - ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

10.1.1. A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.1.2. A Assembléia de Debenturistas deverá ser realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da primeira convocação, e no prazo máximo de 8 (oito) dias contado da segunda convocação.

10.2. Quorum de Instalação

A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.3. Mesa Diretora

A presidência da assembléia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture em circulação ("Debênture em Circulação" ou "Debêntures em Circulação") caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Serão excluídas do quorum de deliberação, em qualquer assembléia de Debenturistas realizada nos termos desta Escritura de Emissão, as Debêntures em tesouraria da Emissora e aquelas de propriedade dos controladores, sociedades controladas e coligadas da Emissora, bem como as Debêntures de titularidade de diretores, conselheiros ou



administradores da Emissora e de seus controladores, sociedades controladas e coligadas e seus parentes até o segundo grau.

10.4.2. Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas representando, pelo menos, a maioria do total das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembléia, salvo nos casos em que for estabelecido quorum específico, nos termos da presente Escritura de Emissão ou da legislação em vigor.

10.4.3. As alterações relativas (i) à Remuneração das Debêntures, excetuadas aquelas referidas no item 4.2.7. da Cláusula IV acima, ou as datas de pagamento da Remuneração, (ii) ao prazo de vencimento das Debêntures e/ou (iii) aos eventos de vencimento antecipado previstos na Cláusula VII desta Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

10.4.4. As alterações do índice financeiro a que se refere o item 7.1. (h) e/ou da periodicidade de sua verificação deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

10.4.5. As alterações dos quoruns qualificados estabelecidos nesta Escritura de Emissão e/ou das disposições desta Cláusula 10.4, deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente, por Debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA XI – DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

(a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;

(b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias (inclusive perante os órgãos estaduais e federais competentes) à



36


A.

celebração desta Escritura de Emissão, à Emissão das Debêntures e ao cumprimento com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(c) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;

(d) as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2002, 2003 e 2004 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(e) o Prospecto conterá, na data de início da distribuição das Debêntures, todas as informações atualizadas relevantes em relação à Emissora no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que as informações, fatos e declarações contidas no Prospecto em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e completas;

(f) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;

(g) não há fatos relativos à Emissora ou relativos às Debêntures não divulgados no Prospecto cuja omissão, no contexto desta Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto seja enganosa, incorreta ou inverídica;

(h) a celebração desta Escritura de Emissão, a emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual a Emissora ou qualquer de seus controladores seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou de qualquer de seus controladores; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;



- (i) a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (j) a Emissora está cumprindo, em todos os aspectos materiais, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aqueles que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora;
- (k) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades;
- (l) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão; e
- (m) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas, por escrito, para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Ultrapar Participações S.A.
Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 1343, 9º andar
São Paulo - SP
At.: Sr. Marcello De Simone
Superintendente de Tesouraria
Telefone: (11) 3177.6163
Fac-símile: (11) 3177.6107

Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205



Condomínio Downtown, Barra da Tijuca
Rio de Janeiro - RJ
At.: Sr. Juarez Dias Costa - Diretor
Telefone: (21) 2493-7003
Fac-símile: (21) 2493-4746/4901
Endereço eletrônico: agente@oliveiratrust.com.br

Para a Garantidora:

Oxiten S.A. Indústria e Comércio
Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, nº 1343, 8º andar
São Paulo - SP
At.: Sr. Marcello De Simone
Telefone: (11) 3177.6163
Fac-símile: (11) 3177.6107

Para o Banco Mandatário:

Banco Bradesco S.A.
Departamento de Ações e Custódia
Cidade de Deus - Vila Yara - Prédio Amarelo - 2º andar
Osasco - São Paulo
At.: Sr. Cassiano Ricardo Scarpelli
Telefone: (11) 3684-4522
Fac-símile: (11) 3684-5645

Para a CETIP

Rua Líbero Badaró, 425/24º andar
São Paulo, SP - CEP 01009-000
Tel.: (11) 3111-1400 / 3365-4925
Fax: (11) 3111-1563

Para a CBLC

Rua XV de Novembro, 275
São Paulo - SP
CEP 01013-001
Tel.: (11) 3233-2178 / 2261

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por



fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

12.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Irrevogabilidade

Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando a Emissora, o Agente Fiduciário, a Garantidora e seus sucessores a qualquer título.

12.4. Independência

Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5. Título Executivo

A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

12.6. Lei Aplicável

Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.



40

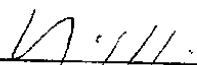

12.7. Foro

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.”

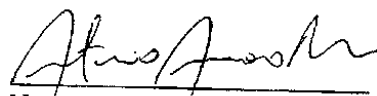
Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 30 de março de 2005.

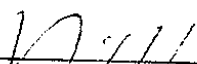
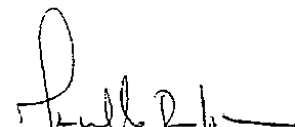
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

 Nome: <u>ROBERTO RUTSCHMANN</u> Cargo: <u>NETO</u> <u>PROCURADOR</u>	 Nome: <u>MARCELLO DE SIMONE</u> Cargo: <u>PROCURADOR</u>
--	---

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

 Nome: _____ Cargo: <u>Antonio Amaro R. de O. e Silva</u> <u>Advogado</u>	Nome: _____ Cargo: _____
---	-----------------------------

OXITENO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

 Nome: <u>ROBERTO RUTSCHMANN</u> Cargo: <u>NETO</u> <u>PROCURADOR</u>	 Nome: <u>MARCELLO DE SIMONE</u> Cargo: <u>PROCURADOR</u>
---	---



Testemunhas:



Nome: Rejane Carla Mathus
CPF: 256.838.128-64



Nome: Wilson Xavier de Oliveira Junior
CPF: 252.627.223-90

